



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

01º de março de 2018

- SÃO JOÃO BATISTA – ACP em desfavor do prefeito João Cândido Dominici por atos de improbidade administrativa
- SÃO LUÍS - Audiência sobre acessibilidade e mobilidade urbana do idoso
- SÃO LUÍS / SÃO JOSÉ RIBAMAR / PAÇO DO LUMIAR / RAPOSA – Anulação do contrato da BRK Empreendimentos
- BURITICUPU – Denúncia da deputada estadual Francisca Primo sobre a falta de transferência de recursos municipais ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Decisão sobre tempo excessivo de espera em filas de banco
- SÃO LUÍS - Decisão sobre gratuidade dos primeiros 30 minutos em estacionamentos privados
- SÃO LUÍS - Denúncias sobre falta de manutenção na Fonte das Pedras
- SÃO LUÍS - Denúncias sobre proliferação de buracos no Cruzeiro do Anil
- Polícia

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	Atos, Fatos e Bancos
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	02
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Desce

O prefeito de São João Baista, João Cândido Dominici, terá que responder uma Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa. O processo foi motivado pela pintura de diversos prédios públicos nas cores do partido político do gestor municipal, ferindo o princípio da impessoalidade na administração pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/18	PÁG.	5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MPMA aciona prefeito de São João Batista por improbidade administrativa

A Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista ingressou, nesta terça-feira, 27, com uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra o prefeito João Cândido Dominici. A ação foi motivada pela pintura de diversos prédios públicos nas cores do partido político do gestor municipal, ferindo o princípio da impessoalidade na administração pública.

Em janeiro de 2017, no início do mandato do atual prefeito, o Ministério Público emitiu Recomendação a respeito do tema. Os principais prédios públicos do município estavam sendo pintados com as cores amarelo e azul, do partido PSDB, e amplamente utilizadas na campanha eleitoral de João Dominici.

Apesar de recebida pessoalmente pelo prefeito em 18 de janeiro de 2017, a Recomendação não foi cumprida. Posteriormente, duas requisições foram encaminhadas ao procurador-geral do Município, solicitando os procedimentos licitatórios ou de dispensa de licitação relativos à pintura dos espaços públicos, mas também não foram atendidas.

Uma nova Recomendação foi enviada, orientando que o próprio gestor municipal custeasse os serviços para desfazer as pinturas irregulares nos prédios municipais, mais uma vez não atendida.

Um relatório elaborado pela Promotoria de Justiça de São João Batista apontou que a sede da Prefeitura e as secretarias municipais de Saú-

de, Assistência Social, Educação, além da Praça da Matriz e o estádio municipal foram pintados de azul e amarelo. Na mesma situação estavam o Mercado Municipal do Peixe, o Conselho Tutelar e a Unidade Básica de Saúde.

Na área da educação, utilizam as cores que diferem das presentes na bandeira do Município (azul, vermelho e branco) o Centro Integrado Marly Sarney, a Oficina Pedagógica Deputado Gastão Vieira e o Farol do Saber.

Das investigações também consta uma consulta de preços para calcular os prejuízos causados ao erário pela pintura irregular dos espaços públicos. Chegou-se a um orçamento de R\$ 47 mil.

"O demandado, ao dar início ao exercício do seu

mandato como prefeito do Município de São João Batista, em menos de um mês iniciou uma 'difusão' das cores azul e amarela pelo município, consubstanciada na pintura de prédios públicos, escolas, divulgação de material de propaganda institucional, inclusive através do sítio oficial da Prefeitura de São João Batista, dentre outros, em total descompasso com as cores dos símbolos oficiais do Município e do Estado do Maranhão", observa, na ação, o promotor de justiça Felipe Augusto Rotondo.

Na Ação, o Ministério Público do Maranhão pede que a Justiça condene João Cândido Dominici por danos morais coletivos, indenizando a administração pública em R\$ 50 mil.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	Estado
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	06
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ministério Público aciona prefeito de São João Batista por improbidade

A Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista ingressou, na terça-feira (27), com uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra o prefeito João Cândido Dominici. A ação foi motivada pela pintura de diversos prédios públicos nas cores do partido político do gestor municipal, ferindo o princípio da impessoalidade na administração pública.

Em janeiro de 2017, no início do mandato do atual prefeito, o Ministério Público emitiu Recomendação a respeito do tema. Os principais prédios públicos do município estavam sendo pintados com as cores amarelo e azul, do partido PSDB, e amplamente

utilizadas na campanha eleitoral de João Dominici.

Apesar de recebida pessoalmente pelo prefeito em 18 de janeiro de 2017, a Recomendação não foi cumprida. Posteriormente, duas requisições foram encaminhadas ao procurador-geral do Município, solicitando os procedimentos licitatórios ou de dispensa de licitação relativos à pintura dos espaços públicos, mas também não foram atendidas.

Uma nova Recomendação foi enviada, orientando que o próprio gestor municipal custeasse os serviços para desfazer as pinturas irregulares nos prédios municipais, mais uma vez não atendida. Um relatório elaborado pela

Promotoria de Justiça de São João Batista apontou que a sede da Prefeitura e as secretarias municipais de Saúde, Assistência Social, Educação, além da Praça da Matriz e o estádio municipal foram pintados de azul e amarelo. Na mesma situação estavam o Mercado Municipal do Peixe, o Conselho Tutelar e a Unidade Básica de Saúde.

Na área da educação, utilizam as cores que diferem das presentes na bandeira do Município (azul, vermelho e branco) o Centro Integrado Marly Sarney, a Oficina Pedagógica Deputado Gastão Vieira e o Farol do Saber. Das investigações também consta uma consulta de preços para

calcular os prejuízos causados ao erário pela pintura irregular dos espaços públicos. Chegou-se a um orçamento de R\$ 47 mil.

Na Ação, o Ministério Público do Maranhão pede que a Justiça condene João Cândido Dominici por danos morais coletivos, indenizando a administração pública em R\$ 50 mil. Também foi pedida a indisponibilidade dos bens do gestor municipal até o valor de R\$ 141 mil, referente ao valor das obras mais a multa que pode ser aplicada ao prefeito. Além disso, se condenado por improbidade administrativa, o prefeito de São João Batista estará sujeito ao ressarcimento integral do dano causado, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa de até 100 vezes a remuneração recebida no cargo de prefeito, entre outras sanções.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	OPINIAO
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/18	PÁG.	2
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Mobilidade de idosos é tema de audiência pública em São Luís



Melhorias para mobilidade de idosos serão discutidas

Assuntos como calçamento adequado de ruas, transporte público, sinalização de vias e estatísticas sobre acidentes automobilísticos envolvendo pessoas idosas foram apresentados e discutidos em audiência pública, promovida pelo Ministério Público do Maranhão, na manhã desta terça-feira, 27, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil - Maranhão.

O evento teve como tema "Acessibilidade e mobilidade urbana da pessoa idosa" e foi organizado pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís, em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (CAOp-PIPD) e com a Rede de Proteção da Pessoa Idosa.

Membros do Ministério Público do Maranhão e autoridades do Poder Judiciário, Legislativo e Executivos Municipal e Estadual, além de representantes de diversas entidades da sociedade civil de defesa dos direitos do idoso estiveram presentes na audiência.

O promotor de justiça Reginaldo Júnior Carvalho representou o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, no evento. Coordenaram os trabalhos os promotores de justiça de Defesa do Idoso de São Luís, José Augusto Cutrim Gomes e Esdras Liberalino Soares Júnior.

Após a audiência, foram criadas comissões de estudos, formadas por estudantes da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecno-

logia do Maranhão (Ifma) e Universidade Estadual do Maranhão (Uema), com o objetivo de levantarem problemas e apresentarem soluções para as questões que envolvem a mobilidade e a acessibilidade dos idosos em São Luís.

A pesquisa será orientada por professores das áreas de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e Matemática (Estatística). Com duração de três meses, o trabalho abordará quatro temas: transporte público, calçamento, sinalização e estatísticas sobre acidentes de trânsito. Os resultados serão apresentados em audiência pública.

Do Ministério Público do Maranhão também estiveram presentes os promotores de justiça Carlos Augusto Soares (coordenador do CAOp-PIPD), Gabriele Gadelha (integrante do CAOp-PIPD), Tarcísio José Bonfim (presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - Ampem), Doracy Moreira Reis (Fundações e Entidades de Interesse Social de São Luís), Vicente de Paulo Martins (Comunitária Itinerante de São Luís) e Hagamenon de Jesus Azevedo (da Comarca de Santa Luzia do Paruá).

Na ocasião, o promotor de justiça José Augusto Cutrim Gomes agradeceu a presença de todos e afirmou que uma das finalidades da audiência é fazer uma interlocução entre a sociedade civil e o Poder Público. "Nós queremos dar voz e visibilidade aos idosos. Temos que acreditar que podemos fazer a diferença", ressaltou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida (X) Geral () Polícia		Outros	
DATA	01/03/2018	PÁG.	02
		() Gerada (X) Espontânea (X) Positiva () Negativa	

Justiça anula contrato da BRK na Ilha

Uma sentença proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha, que engloba os municípios de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, declarou a nulidade de todos os contratos para prestação de serviços ou concessão de serviços de saneamento firmados pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico - Cisab (firmado entre o município de Paço do Lumiar e município de São José de Ribamar), inclusive do contrato de concessão firmado com a BRK Ambiental Maranhão S.A.

A empresa tem o prazo de 30 dias após a intimação para abster-se da execução dos serviços objetos do contrato de concessão, enquanto os municípios de Ribamar e Paço do Lumiar têm o mesmo prazo para evitar a interrupção dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Com a quebra do contrato, as prefeituras estão proibidas de aplicar novo reajuste no valor das contas de água e saneamento e repassar recursos do Fundo Municipal à concessionária.



Os atos normativos da Câmara de Regulação do Cisab, referentes às tarifas, promoveram alterações no seu preço que oneraram demasiadamente os usuários do serviço de saneamento nos dois municípios, o que importaria em violação de diversas normas de proteção ao consumidor

afirma **Douglas Martins** na sentença



A SENTENÇA

A sentença resulta de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão contra as prefeituras de São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Segundo o órgão, há indícios de irregularidades na formação do consórcio e na contratação da empresa.

Segundo o Ministério Público, as irregularidades tiveram início logo no período licitatório. As câmaras municipais protocolaram leis para criar um consórcio público que geria prestação de saneamento básico nos dois municípios, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico (Cisab). Com a publicação de leis que legitimavam o trabalho do Cisab, os vereadores autorizaram os prefeitos a delegarem o serviço e repassar 25% dos Fundos de Participação dos Municípios para a concessionária de forma direta. Após a contratação da Odebrecht Ambiental (BRK Ambiental), os consumidores foram pegos de surpresa com a cobrança de tarifas abusivas pela prestação de serviço. Para o juiz, os aumentos nas taxas foram abusivos e acabaram lesando o consumidor. "Os atos normativos da Câmara de Regulação do Cisab, referentes às tarifas, promoveram alterações no seu preço que oneraram demasiadamente os usuários do serviço de saneamento nos dois municípios, o que importaria em violação de diversas normas de proteção ao consumidor",

CONTESTAÇÃO

As empresas pediram o julgamento improcedente da ação, alegando a legalidade da instituição do consórcio público; que o contrato de concessão firmado com as empresas atendeu a todos os parâmetros da Lei nº 11.445/2007; inexistência de ilegalidade na celebração do contrato de concessão que abrangia apenas parte da área dos municípios (área urbana); competência dos municípios para a prestação dos serviços de saneamento; legalidade da instituição do órgão regulador; legalidade dos atos que fixaram as tarifas; direito das a manutenção do equilíbrio financeiro do contrato; e inexistência de dano moral coletivo.

Após verificar todos os pedidos formulados pelo Ministério Público e analisar todos os atos realizados durante o processo, bem como os documentos anexados, o juiz decidiu declarar a nulidade de todos os contratos para prestação de serviços ou concessão de serviços de saneamento firmados pelo CISAB; e do contrato de concessão firmado com a ODEBRECHT AMBIENTAL MARANHÃO S/A (BRK AMBIENTAL MARANHÃO S.A.).

O QUE DIZ A BRK AMBIENTAL?

Procurada pela nossa redação, a BRK Ambiental afirma que ainda não foi notificada da ação e que ainda não tem conhecimento do teor da sentença.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	Informe JP
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA		PÁG.	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Contratos anulados

Uma sentença proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha, que engloba os municípios de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, declarou a nulidade de todos os contratos para prestação de serviços ou concessão de serviços de saneamento firmados pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico (Cisab).

Documentos não publicados

O consórcio foi firmado entre os municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, e concedeu os serviços de saneamento nesses municípios à Odebrecht Ambiental Maranhão (rebatizada BRK Ambiental Maranhão S.A).

A Justiça acatou denúncia do MPE, sobre irregularidades na formalização do consórcio, como documentos não publicados (conforme exige a lei), entre eles as Disposições Gerais do Regulamento de Serviços Públicos e a instituição da Taxa de Resíduos Sólidos Urbanos (TRSU).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/18	PÁG.	5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

FIM DA AGONIA

Justiça, Procon, DPE e MP determinam retirada da Odebrecht/BRK de Ribamar e Paço do Lumiar

Em decisão proferida nesta terça-feira (27), o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas Martins, determinou a retirada da BRK Ambiental dos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar. A determinação é resultado de uma série de ações protocoladas pelo Procon/MA, em conjunto com a Defensoria Pública e o Ministério Público. A empresa tem o prazo de 30 dias, após a intimação da decisão, para deixar de executar seus serviços nos dois municípios. No mesmo prazo, os dois municípios precisam implementar soluções que evitem a descontinuidade do abastecimento de água nos referidos locais.

Na mesma oportunidade, o magistrado determinou ainda que a BRK realize a cobrança da tarifa mínima nas residências que não possuam hidrômetro, até que estes sejam devidamente instalados, e devolva aos consumidores lesados, de forma simples, os valores cobrados indevidamente, acrescidos de correção monetária. Determinou, também, que a empresa se abstenha de realizar cobranças de tarifa de esgoto quando não prestada pelo menos uma das etapas do serviço de esgotamento sanitário.



Agora a população de São José de Ribamar e Paço do Lumiar estão livres das cobranças indevidas

“Graças a união dos órgãos públicos de proteção e defesa dos consumidores, estamos conseguindo fazer justiça e garantir direitos. É intolerável que, em pleno século 21, ainda, testemunhemos total afronta aos princípios constitucionais, bem como ausência de qualidade no fornecimento de um serviço essencial para a manutenção da vida humana”, disse o presidente do Procon/MA, Duarte Júnior.

Em 2016, o Procon/MA já havia constatado a falta de potabilidade da água fornecida pela fornecedora. As irregularidades apresentadas pela empresa já resultaram

em multa, aplicada pelo Procon/MA no valor de R\$ 433,5 mil, por fornecer água imprópria para o consumo nos municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar. Em processo anterior, o órgão realizou ainda reunião com o diretor da empresa Odebrecht/BRK, o prefeito de Paço do Lumiar, Domingos Dutra; e o secretário de Obras de São José de Ribamar, Glauber Garreto, para cobrar soluções sobre os problemas mais recorrentes no fornecimento de água nos dois municípios. Na ocasião, foi cobrada da concessionária a solução definitiva para problemas como a má qualidade

da água, a cobrança indevida de taxas e a suspensão irregular do serviço.

Além disso, o Procon/MA, ao lado do Ministério Público e Defensoria Pública, participou de audiência de instrução em ações civis públicas protocoladas em face da Odebrecht/BRK, com o objetivo de tratar de irregularidades no serviço prestado pela empresa em Paço do Lumiar e São José de Ribamar. Na ocasião, foram cobradas novamente adequações no fornecimento de água aos moradores por parte da empresa e foram ouvidas as testemunhas indicadas pelas partes.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida		Outros	Capa
() Geral () Polícia			
DATA	01/10/2018	PÁG.	01
		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva () Negativa	



Biné Moraes

Fonte das Pedras precisa de manutenção

Sujeira e mato alto mostram a falta de manutenção na Fonte das Pedras; moradores de rua ocupam local, depredando e afastando possíveis visitantes; banheiros foram destruídos e esgoto é jogado na fonte. CIDADES 1



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	01
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Entregue ao abandono, Fonte das Pedras agoniza no Centro

Sujeira se acumula com o mato alto, mostrando a falta de manutenção no local; moradores de rua ocupam espaço, depredando e afastando possíveis frequentadores; banheiros foram destruídos, e esgoto é depositado na fonte

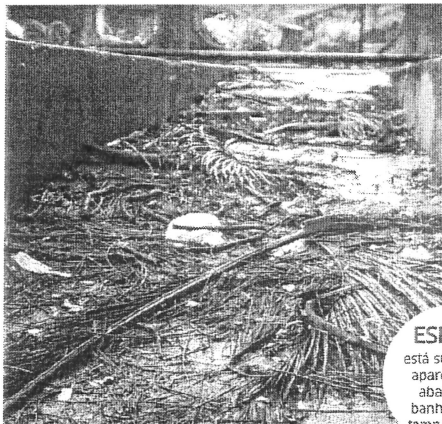
Quem não gosta de poder sentar no banco da praça para descansar, conversar ou simplesmente deixar o tempo passar admirando uma bela vista, com plantas, flores e o som dos pássaros nas árvores? Infelizmente, em algumas praças de São Luís não é possível fazer isso, e um dos pontos onde, no passado, era comum esse tipo de situação, nas hoje se tornou impossível, é a Fonte das Pedras, no Centro.

O mato, já crescido, ocupa grande parte do espaço, mostrando que há um longo tempo a capina não é feita. O capim, que alcança a altura da cintura, esconde o lixo que se acumula no local. Entre os resíduos estão garrafas pet de todos os tamanhos, grande quantidade de plástico, como sacolas, além de sombrinhas quebradas e retalhos de roupas, entre outros.

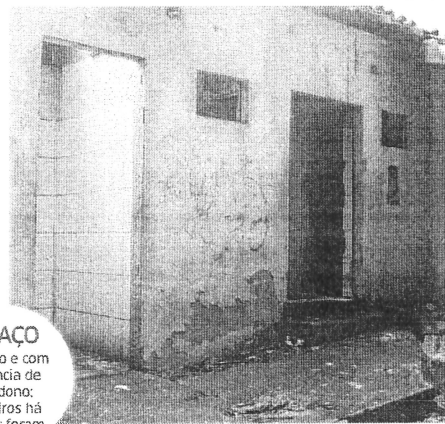
Os galhos das grandes árvores que dão sombra à área da fonte correm o risco de desabar a qualquer momento, visto que grande parte está comprometida pela ação do tempo e por falta de cuidados. No chão, as folhas e galhos secos deixam o ambiente sujo, aumentando o aspecto de abandono.

A madeira dos bancos da praça já foi levada por moradores em situação de rua, que usam o espaço para dormir no local, afastando quem deseja visitar a fonte, mesmo sem condições de infraestrutura.

Com os banheiros totalmente deteriorados e sem nenhuma con-



ESPAÇO
está sujo e com aparência de abandono; banheiros há tempos foram destruídos



Fotos/ Paulo Soares

videnciar a obra de reforma no local. Enquanto isso, a histórica Fonte das Pedras permanece em estado de abandono.

Sobre a situação da Fonte das Pedras, a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FIMPH) informou, em nota, que, numa parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado, está sendo elaborado um projeto de restauro do espaço. A Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania (Semusc) informou que equipes de guarda são responsáveis pela abertura e fechamento da Fonte das Pedras, além de rondas diárias para garantir a segurança dos transeuntes. A Semusc ressaltou também que está prevista a instalação de um posto da guarda no local, a ser construída com a reforma da fonte. ●

dição de uso, os moradores de rua fazem suas necessidades fisiológicas ao ar livre, deixando assim um mau cheiro insuportável no local.

Durante a noite, a escuridão coloca em risco quem passa pela área e serve como esconderijo para assaltantes, uma vez que todas as luminárias do local estão quebradas, sem possibilidade de funcionamento.

Uma grande quantidade de água de esgoto é despejada na área onde ainda existem peixes, já que a galeria, responsável por receber a água suja, está entupida por lixo. Os recipientes que serviriam de cestos de lixo acumulam hoje água,

servindo de criadouro para o mosquito da dengue.

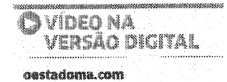
Sobre a reforma

A partir de uma proposta feita pela Prefeitura de São Luís ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), uma reforma era esperada para a Fonte das Pedras. Porém, até o momento nada foi feito.

Em 2014, por meio de uma ação civil pública, proposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPF/MA), a Justiça Federal determinou a manutenção da Fonte das Pedras com trabalhos de capina, segurança, limpeza e organização

na infraestrutura urgente em um prazo de seis meses. Hoje, no entanto, a fonte está em estado pior do que na época.

Segundo informações do superintendente do Iphan, Maurício Japary, a Prefeitura de São Luís aguarda a licitação para pro-





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	01/03/2018	PÁG.	02
		() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Moradores vendem casas, cansados de buracos em via de SL

Fato acontece na rua 3 de Janeiro, no Cruzeiro do Anil, que interliga as avenidas Casemiro Júnior e Jerônimo de Albuquerque, com grande fluxo

Cansados da situação da via de acesso às suas casas, moradores da rua 3 de Janeiro, no Cruzeiro do Anil, estão vendendo os imóveis e se mudando do bairro. De acordo com pessoas que ainda residem na via, a situação persiste há vários anos. Até o fechamento desta edição, a Prefeitura de São Luís – por meio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) – não se manifestou sobre o assunto.

Ainda de acordo com moradores, o cenário é mais grave, atualmente, em consequência da intensificação do período chuvoso na capital maranhense. Sobre a evasão de pessoas, um dos moradores que deixou o bairro escreveu



Com a rua repleta de buracos, moradores resolveram deixar seus imóveis e buscar outro lugar para morar

Motoristas reclamam da situação da via

Cenário é mais grave, atualmente, com as chuvas

aviso na entrada do imóvel informando acerca do interesse de venda. Até o momento, nenhum interessado esteve no local para se informar sobre valores. Outras residências também estão à venda, na Rua 3 de Janeiro.

De acordo com o comerciante Wagner Diniz, dono de um estabelecimento na via, os buracos au-

mentam a cada dia. "Com a passagem dos veículos e as chuvas, a tendência é que aumente. A rua está praticamente cortada", disse. Ele afirmou ainda que reside na via há mais de vinte anos e nunca a via tão deteriorada. "Realmente, a situação está feia", afirmou.

Além de moradores, motoristas que usam a via como rota alternativa de tráfego também reclamam da situação da via. "Isso aqui é uma pouca-vergonha. Cadê os impostos que a gente paga para o poder público?", questionou o comerciante Moissaniel Moreno. Já o professor Eduardo Alcântara, que também usa a via para se deslocar até o bairro da Cohab, disse que teve

que arcar, no mês passado, com consertos no carro dele. Ele condiziona o fato à situação da via. "Todo dia a gente passa aqui e enfrenta esta buraqueira. É normal que o

Outras residências também estão à venda

carro sinta o impacto e o motorista arca com isso", afirmou.

Questionamentos

A qualidade do asfalto colocado em vias da capital maranhense é alvo,

há décadas, de questionamentos. Especialistas afirmam que o pavimento deveria receber análises mais criteriosas de órgãos de controle de qualidade. Em contrapartida, a Prefeitura de São Luís realiza de forma mais ostensiva o programa Asfalto na Rua, com obras de drenagem, constrição de meio-fio e sarjeta.

Executado exclusivamente com recursos do poder público municipal, o programa deverá asfaltar mais de cem quilômetros de vias. De acordo com a Semosp, bairros como Anjo da Guarda, Gancharia, Residencial Paraíso, São Bernardo, Altos do Calhau, Coroadinho e Cohaserna já foram beneficiados. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Últimas Notícias

Gratuidade de 30 min em estacionamentos é mantida após julgamento de ação

Pleno do TJMA manteve a eficácia da Lei Municipal nº 6.113/2016 por maioria de votos; regramento foi declarado constitucional.

Por maioria, seguindo o voto do desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a eficácia da Lei Municipal nº 6.113/2016, que dispõe sobre o período mínimo de gratuidade nos estacionamentos privados do Município de São Luís. Com a decisão, os estacionamentos de estabelecimentos comerciais como shoppings, hospitais, aeroporto, só podem iniciar a cobrança do valor a partir do 31º minuto de permanência do usuário (proprietários ou condutores) no local.

A decisão proferida nesta quarta-feira (28), em Sessão Plenária Jurisdicional, decorre do fim do julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE) contra a Câmara

Municipal de São Luís, requerendo a impugnação da Lei Municipal nº 6.113/2016.

Após diversos debates em sessões plenárias anteriores sobre o assunto, a ação foi julgada improcedente por maioria de 12 votos – que seguiu o voto do relator Fróz Sobrinho, mantendo a eficácia da lei em sua integralidade.

Duas divergências foram colocadas no julgamento e vencidas ao final. Uma delas - inaugurada pelo desembargador José de Ribamar Castro na sessão de 29 de novembro de 2017, entendia que a ação deveria ser julgada procedente, pois a matéria seria de competência da União - foi seguida por outros seis desembargadores.

A segunda divergência - apresentada nesta quarta-feira (28), com a apresentação do voto-vista do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que defendeu a declaração parcial de inconstitucionalidade - foi seguida por outros três desembargadores.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros <i>opinião</i>	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/18	PÁG.	2
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MEIA HORA É POUCA!!! Gratuidade de 30min em estacionamentos é mantida após julgamento de ação no TJ/MA

Por maioria, seguindo o voto do desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a eficácia da Lei Municipal nº 6.113/2016, que dispõe sobre o período mínimo de gratuidade nos estacionamentos privados do Município de São Luís. Com a decisão, os estacionamentos de estabelecimentos comerciais como shoppings, hospitais, aeroporto, só podem iniciar a cobrança do valor a partir do 31º minuto de permanência do usuário (proprietários ou condutores) no local.

A decisão proferida nesta quarta-feira (28), em Sessão Plenária Jurisdicional, decorre do fim do julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE) contra a Câmara Municipal de São Luís, requerendo a impugnação da Lei Municipal nº 6.113/2016.

Após diversos debates em sessões plenárias anteriores sobre o assunto, a ação foi julgada improcedente por maioria de 12 votos – que seguiu o voto do relator Fróz Sobrinho, mantendo a eficácia da lei em sua integralidade.

Duas divergências foram colocadas no julgamento e vencidas ao final. Uma delas – inaugurada pelo desembargador José de Ribamar Castro na sessão de 29 de novembro de 2017, entendia que a ação deveria ser julgada procedente, pois a matéria seria de com-

petência da União – foi seguida por outros seis desembargadores. A segunda divergência – apresentada nesta quarta-feira (28), com a apresentação do voto-vista do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que defendeu a declaração parcial de inconstitucionalidade – foi seguida por outros três desembargadores.

IMPROCEDÊNCIA – Segundo entendimento do relator, ao contrário do que alegava a ABRASCE, a questão relativa ao tempo de gratuidade nos estacionamentos privados de shoppings constitui matéria do Direito do Consumidor e tem competência tanto da União, como dos Estados e também residualmente dos Municípios, pois se trata de matérias de interesse local, conforme o artigo 30, inciso I da Constituição Federal. Ele também destaca

o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), que em seu artigo 2º estabelece diretrizes gerais para o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades.

Além disso, Fróz Sobrinho ressaltou que o Código de Defesa do Consumidor disciplina acerca da capacidade legislativa concorrente na defesa dos interesses consumeristas, conforme o artigo 55, parágrafo 1º. Ele diz que “dessa forma, a matéria debatida na presente ADIN é de interesse local da municipalidade, não violando portanto, o direito à propriedade, mas sim, diz respeito às relações entre pessoas que se dirigem aos shopping centers com a intenção de efetuar compras, e aos proprietários das respectivas lojas, restando evidente a relação consumerista”.

Para o desembargador

Fróz Sobrinho, no caso apreciado, de um lado existe a propriedade e, do outro, aquele que se encontra em estado de vulnerabilidade, o consumidor, que não pode ficar à mercê da arbitrariedade dos proprietários de estacionamentos.

O voto vencedor pela improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade e manutenção da eficácia da Lei Municipal 6.113/2016 também seguiu o parecer do Ministério Público.

A decisão desta quarta-feira (28) retoma a vigência da Lei Municipal nº 6.113/2016 e revoga a medida cautelar, concedida em março de 2017 pelo desembargador José Bernardo Silva Rodrigues e referendada pelo Pleno, que havia suspenso os efeitos da Lei Municipal até o julgamento do mérito da ação.



Pleno do TJMA manteve a eficácia da Lei Municipal nº 6.113/2016 por maioria de votos; regramento foi declarado constitucional



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	Atos, Fatos e Barato
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

FUNDO MUNICIPAL

Francisca Primo (PCdoB) denunciou que a Prefeitura de Buriticupu não estaria repassando recursos para o Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente. Mostrou-se indignada pelo fato do órgão ter informado que os recursos serão liberados somente após eleição do novo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Lembrou que cabe ao Conselho fixar diretrizes, critérios e prioridades para a aplicação das disponibilidades financeiras.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/18	PÁG.	5
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Tempo de espera excessivo em fila de banco pode gerar dano moral

Independentemente do tempo fixado em Lei Municipal ou Estadual, ou de sua existência, o período de tempo excessivo de espera do cliente para o atendimento em agência bancária pode gerar dano moral, conforme as circunstâncias em que esse excesso de tempo se deu ou, ainda, os constrangimentos que gerou. O entendimento consta do Enunciado N.º 10 da Turma de Uniformização de Interpretação das Leis do Sistema de Juizados Especiais do Maranhão, conforme decisão tomada na 7ª Sessão Ordinária, realizada no dia 22 de fevereiro.

A sessão aconteceu no Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), com a presença do presidente da Turma de Uniformização, desembargador Tyrone Silva; do coordenador dos Juizados Especiais do Maranhão, juiz Marcelo Libério; e dos juízes presidentes das Turmas Recursais Regionais Manoel Aureliano Ferreira (São Luís), Delvan Tavares (Imperatriz), Artur Gustavo do Nascimento (Bacabal), Laysa de Jesus Mendes (Chapadinha); Ferdinando Serejo (Presidente Dutra); Anderson Sobral (Caxias) e Pedro Henrique Holanda (Balsas).

Segundo o coordenador dos Juizados Especiais, juiz Marcelo Libério, a discussão objetivou uniformizar o entendimento aplicado nos juizados especiais e turmas recursais do Estado, em re-

lação à concessão de dano moral nos casos de demora no atendimento bancário, em razão do elevado número de demandas desse tipo que chegam aos Juizados e Turmas Recursais. Com o entendimento, os juízes vão analisar as circunstâncias específicas de cada caso, como tempo de espera e situação do cliente, para decidir se será caso de indenização por dano moral. "Por meio dessa orientação, os juízes irão avaliar cada caso individualmente para conceder ou não o dano moral", observa.

REGULAMENTAÇÃO - A Turma de Uniformização foi criada pela Resolução N.º 51/2013 do TJMA, com o objetivo de unificar o entendimento de lei quando houver divergência entre decisões proferidas pelas turmas recursais sobre questões de direito material. A Turma é composta pelos presidentes das oito turmas recursais do Estado (São Luís, Pinheiro, Bacabal, Caxias, Chapadinha, Balsas, Presidente Dutra e Imperatriz), sob a presidência de um desembargador do Tribunal de Justiça, indicado pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e designado pelo Plenário do TJMA, para mandato de dois anos. As reuniões da Turma Uniformização são convocadas por seu presidente, pelo presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados, ou por iniciativa da maioria absoluta dos presidentes das turmas recursais.

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	Capa
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	01
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Máfia do contrabando

Secretário afirma: "Há mais agentes públicos envolvidos"

Secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, confirmou a participação de mais servidores na organização criminosa descoberta no Quebra-Pote. A afirmação foi feita após o advogado Ricardo Jefferson Muniz Bello ter sido interrogado, na tarde da última terça-feira, na Superintendência de Combate

ao Crime Organizado, sob o comando do delegado Roberto Fortes. Das inquirições participaram também outros três delegados e quatro promotores de Justiça. "As investigações têm continuidade e se estenderão até que tudo seja esclarecido e todos os envolvidos identificados e indiciados na forma da lei", garantiu o secretário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	02
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

"Temos a certeza do envolvimento de mais agentes públicos"

Secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, confirmou a participação de servidores na organização criminosa descoberta no Quebra-Pote

DOUGLAS CUNHA

FOTOS: KARLOS GEROMY/IMP/D. APRESS

O titular da Secretaria de Estado da Segurança Pública, delegado Jefferson Portela, deu uma declaração forte sobre a organização criminosa que é suspeita de praticar os crimes de contrabando. "Já temos a certeza do envolvimento de agentes públicos nos crimes praticados pela organização criminosa presa no povoado Arraial, no distrito de Quebra-Pote".

Esta assertiva foi feita após o advogado Ricardo Jefferson Muniz Bello ter sido interrogado, na tarde da última terça-feira (27), na Superintendência de Combate ao Crime Organizado, sob o comando do delegado Roberto Fortes. Das inquirições participaram também outros três delegados e quatro promotores de Justiça.

O interrogatório do advogado Ricardo Bello se iniciou às 15h de terça-feira e se estendeu até as 19h20. Logo após, o secretário Jefferson concedeu uma entrevista aos jornalistas que permaneciam na delegacia, quando falou que o advogado Ricardo Bello havia confirmado que estava na companhia do delegado Tiago Bardal, então titular da Superintendência Estadual de Investigações Criminais, na noite do dia 21 passado, quando a Polícia Militar iniciava uma operação visando prender traficantes e contrabandistas que agiam na área do Quebra-Pote/Arraial.

A presença do delegado Tiago Bardal na área motivou a sua demissão do cargo de superintendente da Seic, ocasião em que o secretário Jefferson Portela decidiu tomar essa medida alegando que o motivo era "quebra de confiança". Porém, em virtude de justificativas contraditórias que teriam sido apresentadas pelo delegado Bardal, este passou a ser também investigado.

O secretário Jefferson Portela declarou que o advogado Ricardo Jefferson Muniz Bello havia declarado aos delegados



Secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, afirmou que as investigações seguem com força

As investigações têm continuidade e se estenderão até que tudo seja esclarecido e todos os envolvidos identificados e indiciados na forma da lei

Jefferson Portela,
secretário

e promotores de Justiça que esteve no Quebra-Pote com o delegado Tiago Bardal para falar sobre um cliente seu que seria um chefe de facção criminosa e um homem muito perigoso, razão pela qual não declarou o nome do referido.

Portela assegurou que as investigações continuam e que já tem a certeza do envolvimento de outros agentes públicos



Advogado Ricardo Bello confirmou "passeio" com delegado Bardal

nas ações delituosas do grupo criminoso do Arraial.

Perguntado sobre a não prisão do delegado Bardal, Portela respondeu que somente não aconteceu porque ele não permaneceu na área das operações policiais, mas que sua prisão preventiva já foi solicitada à Justiça, que deverá se pronunciar nas próximas horas.

A prisão dos membros do grupo criminoso aconteceu na noite de 21 de fevereiro quando a Polícia Militar invadiu o povoado Arraial onde, em um

porto clandestino, os criminosos estavam recebendo um carregamento de armas, cigarros e bebidas contrabandeadas. Na sequência da operação, foi localizado um galpão na Vila Esperança, com centenas de caixas de cigarros e bebidas contrabandeadas.

"As investigações têm continuidade e se estenderão até que tudo seja esclarecido e todos os envolvidos identificados e indiciados na forma da lei", garantiu o secretário Jefferson Portela.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida		Outros	
() Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	04
		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva () Negativa	

Bando que aterrorizou Aldeias Altas é procurado pela polícia

Cerca de 15 homens fizeram reféns e explodiram duas agências bancárias, os Correios e uma casa lotérica; população viveu momentos de terror diante do tiroteio proporcionado pelos bandidos, fortemente armados

Equipes das polícias Civil e Militar estão à procura dos criminosos que aterrorizaram o município de Aldeias Altas, a 392 km de São Luís, na madrugada de ontem. Cerca de 15 bandidos ainda não identificados explodiram, na cidade, agências do Banco Brasil, do Bradesco, dos Correios, casa lotérica e um supermercado, de acordo com informações da polícia.

Ainda conforme a polícia, o bando fez algumas pessoas reféns. Elas foram colocadas em posição de escudo, caso surgisse algum policial. Só que a cidade, de 25 mil habitantes, tem apenas quatro militares, que não se aventuraram contra a quadrilha, fortemente armada. As pessoas feitas reféns foram levadas e, depois, deixadas em uma estrada próximo da cidade. Ninguém saiu ferido.

Com as explosões de ontem, são seis os bancos assaltados este ano no Maranhão, além de cinco agências dos Correios e uma casa lote-



Uma das agências bancárias que ficaram destruídas por quadrilheiros ontem, na cidade de Aldeias Altas

rica. A média é de uma ocorrência a cada cinco dias, já que na madrugada de ontem ocorreram quatro assaltos em um só dia (dois bancos, uma agência dos Correios e

uma casa lotérica).

Pregos

Durante todo o dia de ontem, os policiais militares e civis tentavam

capturar os bandidos. As viaturas foram impedidas de se deslocar, já que os bandidos espalharam pregos nas rodovias. Vários veículos tiveram seus pneus furados.

Os bancos assaltados este ano foram o do Brasil, no dia 4 de janeiro, em Zé Doca; o Bradesco em Senador Alexandre Costa, no dia 18 de janeiro; o do Brasil, dia 26 de janeiro, em Dom Pedro; o do Brasil dia 16 de fevereiro em São Mateus e o do Brasil e Bradesco no dia 28 de fevereiro, em Aldeias Altas.

Com relação aos Correios, cinco agências já foram assaltadas este

Seis bancos já foram explodidos este ano

ano, no interior do estado. O último alvo foi a agência de Aldeias Altas, cujo assalto ocorreu na madrugada de ontem. O valor roubado nas quatro instituições financeiras, incluindo a casa lotérica, não foi divulgado.

Outro lado

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-

MA) informa que equipes das polícias Civil e Militar estão trabalhando para identificar e prender os criminosos que realizaram os ataques ao município de Aldeias Altas.

As diligências estão sendo realizadas por equipes da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), do Centro Tático Aéreo (CTA) e do Grupo de Resposta Tática (GRT).

A SSP ressalta que tem intensificado as ações para combater ataques a instituições financeiras. As estratégias utilizadas pelas forças de segurança incluem o monitoramento dos pontos de maior registro de ocorrências e das áreas mais suscetíveis às investidas de criminosos, além de abordagens em locais estratégicos e orientação a comerciantes sobre a venda de material explosivo.

A secretaria também tem realizado operações contra esta modalidade de crime em parceria com as polícias de outros estados. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	01/03/2016	PÁG.	04
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

DESAPARECIDA



**Sheila Maria
Ferreira Rodrigues,**

16 anos, está desaparecida desde terça-feira, 27 de fevereiro. A jovem é natural de Pinheiro e foi vista pela última vez no Anel Viário, em São Luís. De acordo com Cleudiene Cantanhede Ferreira, mãe da jovem, ela saiu de casa sem avisar para onde iria. Sheila foi vista próximo à rodoviária de Pinheiro, depois já em São Luís, no Anel Viário. Boletim de Ocorrência foi registrado na delegacia de Polícia Civil de Pinheiro. Telefones da família para contato: 98 98912.1351 / 98 99605.7497.

Mentor de estupro condenado a mais de 100 anos no PI

Crime ocorreu em 2015, na cidade de Castelo; três menores envolvidos cumprem pena no CEM

TERESINA

3h30 de ontem.

Após 18 horas de julgamento, o Tribunal do Júri condenou Adão José Silva Sousa por ser o mentor do estupro coletivo de quatro adolescentes no município de Castelo do Piauí, em 2015. O réu foi condenado a 100 anos, nove meses e 18 dias de prisão. Ele respondeu por homicídio e mais duas tentativas de assassinatos.

"A pena poderia ser 20 anos maior, já que Adão foi absolvido pelo júri por uma das tentativas de homicídio. Acredito que os jurados se equivocaram ao responder alguns questionamentos feitos pelo magistrado", avaliou João Washington Melo, assistente de acusação.

O júri foi formado por cinco mulheres e dois homens, todos apresentando ter em média 40 anos de idade. O julgamento terminou às

Os três adolescentes que também eram investigados no caso foram condenados anteriormente e permanecem internados no Centro Educacional Masculino (CEM).

Relembre o caso

O estupro coletivo contra quatro adolescentes ocorreu no dia 27 de maio de 2015. Elas foram amarradas em árvores, agredidas e atiradas do alto de um morro de cerca de 10 metros. Uma das vítimas, Danielly Rodrigues Feitosa, 17, morreu após passar 10 dias internada.

Quatro adolescentes foram condenados pelo crime e três cumprem medida socioeducativa. O quarto, Gleison Vieira da Silva, de 17 anos, foi morto seis dias após a condenação pelos outros três. Eles dividiam a mesma cela em um Centro Educacional Masculino (CEM) em Teresina. ●

Cidade Verde

NA WEB

Motorista de carro-lotação é preso por estupro

oestadoma.com/442375

Mais notícias de Mundo em: oestadoma.com.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

CASO NENZIM

Reconstituição do crime está marcada para amanhã

O delegado regional titular da 15ª Delegacia de Polícia Civil, Renilto Ferreira, marcou para a amanhã a reconstituição do assassinato que vitimou o ex-prefeito de Barra do Corda Manoel Mariano Sousa, o Nenzim.

O crime ocorreu no dia 6 de dezembro do ano passado nas proximidades do Residencial Moradas do Rio Corda, tendo como principal suspeito Mariano Filho, conhecido como Júnior do Nenzim, filho do ex-prefeito e que está preso preventivamente em São Luís.

A reconstituição, que tem início previsto para as 6h da manhã e deverá se estender até o início da tarde, é para que os peritos tirem todas as dúvidas em relação à investigação; Júnior do Nenzim poderá não estar presente, uma vez que não é obrigado a participar; nesse caso a perícia pode usar outra pessoa em

seu lugar.

De acordo com o delegado Renilto Ferreira, o trabalho contará com a participação de peritos criminais de Imperatriz, equipes de policiais da Superintendência de Homicídios de São Luís e reforço das polícias Militar e Rodoviária Federal.

Ainda de acordo com o delegado, os peritos farão o mesmo trajeto que o suspeito teria feito no dia do crime; iniciando em frente à casa de Mariano Júnior, na Rua Gonçalves Dias, no Centro, seguindo para a residência do ex-prefeito no bairro Trespádua, depois no Residencial Moradas do Rio Corda, local do assassinato, e terminando na UPA, onde Nenzim teria recebido os primeiros atendimentos médicos para em seguida ser encaminhado ao Socorrão em Presidente Dutra, onde morreu.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	01/03/2018	PÁG.	04
		<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva () Negativa	

Polícia faz reconstituição do assassinato de Nenzim

A recomposição do fato tentará checar, de forma prática, todas as versões apuradas durante as investigações, com o objetivo de definir os culpados

A reconstituição do crime que culminou na morte do ex-prefeito de Barra do Corda, Manoel Mariano de Sousa, o Nenzim, está prevista para ser realizada amanhã, dia 2, a partir das 6h. De acordo com a Polícia Civil, a recomposição do fato tentará checar, de forma prática, todas as versões apuradas durante as investigações.

"Vamos fazer o mesmo percurso da caminhonete na qual Nenzim estava e ao condomínio onde ele supostamente foi assassinado. Por meio dessa reconstituição, verificaremos todos os depoimentos apurados no curso das investigações e, com isso, chegar o mais próximo possível de como o crime foi consumado", explicou o delegado Remilton Feneira, da delegacia de Polícia Civil de Barra do Corda.

De acordo com o delegado, responsável pelas investigações, o vaqueiro da fazenda, identificado como Luzivan Rodrigues, teria atuado junto ao filho da vítima, Manoel Mariano de Sousa Júnior, o Júnior de Nenzim, no assassinato. "Trabalhamos com a hipótese de que o vaqueiro da fazenda, Luzivan, teria participado de toda ação que vitimou o Nenzim", ressaltou Ferreira.

O crime:

O ex-prefeito da cidade maranhense de Barra do Corda, distante 440 km



Júnior de Nenzim não deverá participar da reconstituição

de São Luís, Manoel Mariano de Souza, o Nenzim, foi assassinado na manhã da quarta-feira, 6 de dezembro do ano passado, quando retornava de uma visita a um advogado no loteamento Morada do Rio Corda (situado às margens da BR-226, na saída da cidade).

De acordo com a polícia, Nenzim estava no banco do carona de uma caminhonete dirigida por seu filho, Manoel Júnior, quando teria pedido para parar o carro, supostamente para urinar. Segundo versão apresentada pelo suspeito do crime, no momento em que o carro parou, Nenzim foi abordado por dois homens não identificados, que esta-

vam em uma moto. Um deles teria atirado no pescoço do ex-prefeito.

O fato ocorreu por volta das 6h30. Essa versão apresentada por Júnior de Nenzim foi descartada pela polícia, já que as investigações descobriram que o filho da vítima estaria furando, com a ajuda de outros suspeitos, cabeças de gado da fazenda do pai, que antes tinha cerca de 600 animais e esse número caiu para 31.

Nenzim desconfiava da ação criminosa e no dia do crime pretendia fazer a contagem dos animais, mas foi assassinado antes de chegar à fazenda. Júnior de Nenzim passou a ser apontado como principal suspeito do crime. Ele foi preso dois dias depois e transferido para uma unidade prisional de Pedrinhas, onde se encontra à disposição da Justiça.

Estão presos, também, mas em Barra do Corda, Antônio Filho, que escondeu Manoel Filho na sua residência para evitar sua prisão, e com ele foi encontrada uma pistola 380; Francisco David, que ajudou a levar a caminhonete para outro local e a lavou, retirando os bancos que estavam sujos de sangue, e Luzivan Rodrigues, o vaqueiro da fazenda de Nenzim, que, segundo a polícia, teria ajudado Manoel Mariano Júnior no furto do gado. Ele teria, também, participação no crime. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

ALDEIAS ALTAS

Bandidos explodem vários caixas no interior

O município de Aldeias Altas, distante 368km de São Luís, viveu momentos de pânico na madrugada de ontem. Bandidos fortemente armados com bombas e armas de calibre grosso fizeram um arrastão nas agências do Banco do Brasil, Banco Bradesco, Correios e casa lotérica da cidade.

O arrastão aconteceu de modo simultâneo nos principais pontos de valores de Aldeias Altas. Por volta das 2h40 da manhã, os moradores ficaram assustados com as explosões e tiros que duraram cerca de duas horas. Alguns deles foram às ruas para entender o que acontecia e ouviam repetidamente: "Tem refém, tem refém". Segundo os moradores, os gritos eram dos próprios reféns, que foram obrigados a repetir a frase enquanto os assaltantes agiam.

Um morador, que preferiu não ser identificado, disse que os bandidos agiram com audácia, circulando pela cidade, disparando tiros para o alto e perguntando: "Cadê a polícia?"

"Eles acabaram com a cidade. E ainda mandaram os meninos que ficaram de refém avisar que eles irão voltar", disse. Segundo um outro jovem, que foi refém da quadrilha, "eles não feriram ninguém, só nos pegaram para nos fazer de refém, caso a polícia aparecesse. Ficamos parados de mãos dadas na praça e eles pediram pra gente gritar que tinha refém, enquanto isso eles assaltavam".

Os bandidos fizeram seis reféns até o final da ação e os liberaram em uma estrada vicinal que foi usada para a fuga. Ninguém ficou ferido.

A polícia ainda chegou a ser acionada para coibir a quadrilha, mas as principais entradas da cidade estavam fechadas com pregos para furar os pneus das viaturas e impedir uma possível perseguição. Segundo a Polícia Militar, os trabalhos de busca foram intensificados principalmente nas cidades vizinhas, no intuito de localizar a quadrilha e os objetos roubados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

FEMINICÍDIO

Suspeito tentou arrancar mamilos da vítima

As investigações em torno do caso de tentativa de assassinato de Girlene Silva de Araújo apontam para um crime com requintes de crueldade por parte do suspeito, Gutemberg Matos Bezerra. Ele tentou matar a ex-companheira com 18 golpes de faca, na última segunda-feira (26 de fevereiro), e ainda tentou arrancar seus seios. A delegada Viviane Azambuja, do Departamento de Femicídio, responsável pelas investigações, afirmou que todos os depoimentos prestados até agora apontam para Gutemberg como o autor

do crime. “Vamos aguardar o resultado dos laudos. Solicitamos uma vistoria na casa da vítima, que foi feita ontem pelos peritos do Icrim [Instituto de Criminalística do Maranhão] e enviamos o instrumento do crime, a faca, recolhida no local do fato, para análise, mas todas as provas reunidas até agora apontam para ele”, disse.

A quantidade de golpes desferidos não deixa dúvidas que a intenção era de matar a vítima. Segundo Viviane: “Ele foi muito cruel. Fez muitas perfurações em todo o corpo da vítima, nas

pernas, nos braços e nos seios. Uma testemunha que socorreu ela disse que aparentava que ele tentara arrancar os mamilos ou pelo menos causar uma deformação”.

A vítima, Girlene de Araújo, segue internada no Hospital Municipal Doutor Clementino Moura, o Socorrão II, e seu quadro é estável. Ela passou por duas cirurgias e não corre mais risco de morte.

Até o momento, quatro testemunhas foram ouvidas e a polícia aguarda o resultado dos laudos do Icrim. O principal

suspeito, Gutemberg, continua foragido. “O que a gente pede agora é a ajuda da população no sentido de dar informações sobre o paradeiro dele”, conclui a delegada. A Polícia Civil, por meio do Disque-Denúncia, divulgou um cartaz com a foto do suspeito na tentativa de pedir a colaboração da população. As informações podem ser dadas pelos telefones: (98) 3223-5800 ou 0300 313 5800. Informações também podem ser enviadas pelo WhatsApp de número (98) 99224-8660. A polícia garante o anonimato da denúncia.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	01/03/2018	PÁG.	8
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

ELE E MAIS QUATRO

Justiça condena mentor de estupro coletivo no PI a 100 anos de prisão

A Justiça do Piauí condenou Adão José de Sousa, de 43 anos, na madrugada desta quarta-feira, 28, a 100 anos e 8 meses de prisão em regime fechado por ter sido mentor de estupro coletivo de quatro meninas, em 27 de maio de 2015, em Castelo do Piauí.

O réu e quatro menores, entre 15 e 17 anos, foram acusados de terem capturado, estuprado e violentado quatro adolescentes que estavam tirando fotos no morro do Garrote, ponto turístico do município piauiense.

Três deles estão cumprindo medidas sócioeducativas e o quarto foi assassinado dentro do Centro Educacional Masculino. Uma das jovens violentadas, de 17 anos, não resistiu aos ferimentos e morreu dias depois do crime.

A acusação feita pelo Ministério Público pediu 151 anos de prisão em regime fechado para o réu, pelos crimes de estupro qualificado, corrupção de menores,



O réu e quatro menores, entre 15 e 17 anos, foram acusados de terem estuprado quatro adolescentes que tiravam fotos em ponto turístico

porte ilegal de arma, homicídio qualificado, tentativa de homicídio e associação criminosa. Durante o julgamento, as três vítimas que sobreviveram foram ouvidas no Tribunal do Júri de Castelo do Piauí, que teve segurança reforçada pela

Polícia Militar.

A defesa de Adão José de Sousa, feita pela Defensoria Pública, alega que o réu não estava em Castelo do Piauí no dia do crime e que deverá recorrer da decisão do Tribunal do Júri. Porém, um dos

menores envolvidos no crime desmentira Adão, em depoimento à polícia, alegando que o acusado estava, sim, junto ao grupo no momento do crime e que também forçou uma das jovens a ter relações sexuais com ele.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/18	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

BARBA, CABELO E BIGODE

Criminosos causam terror durante a madrugada em Aldeias Altas

A madrugada desta quarta-feira (28) foi de pânico na cidade de Aldeias Altas, no interior do Maranhão. Cerca de 15 criminosos, não identificados realizaram um arrastão na localidade.

De acordo com informações policiais, os criminosos estavam fortemente armados e explodiram as agências do Banco do Brasil e Bradesco, da cidade. Além disso, os criminosos destruíram a agência dos Correios, casa lotérica e até um supermercado.

Com isso, a cidade de Aldeias Altas ficou sem nenhuma instituição financeira. A quantia levada pelos criminosos não foi divulgada.

Segundo a polícia, algumas pessoas foram feitas reféns durante as ações criminosas do bando. Entretanto foram deixados próximo da cidade de Aldeias Altas, durante a fuga dos bandidos.

Os criminosos fugiram e não deixaram pistas. Equipes da PM ainda tentaram capturar o bando com a ajuda de viaturas. Porém foram impossibilitados pois os criminosos jogaram pregos na estrada, que danificaram os pneus dessas viaturas da polícia.



Segundo a polícia, algumas pessoas foram feitas reféns durante as ações criminosas do bando

POSICIONAMENTO - Por meio de nota, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) informa que equipes das polícias Civil e Militar estão trabalhando para identificar e prender os criminosos que realizaram os ataques ao município de Aldeias Altas, na madrugada desta quarta-feira (28). Os reféns já foram liberados.

A SSP informa, ainda, que as diligências estão sendo realizadas por equipes da Superin-

tendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), do Centro Tático Aéreo (CTA) e do Grupo de Resposta Tática (GRT).

AÇÕES DE COMBATE - A Secretaria ressalta que tem intensificado as ações para combater ataques à agências bancárias. As estratégias utilizadas pelas forças de segurança do estado incluem o monitoramento dos pontos de maior registro e nas áreas mais suscetíveis às investidas de crimino-

sos, abordagens em locais estratégicos, além da orientação a comerciantes sobre a venda de material explosivo.

Segundo a SSP, outra estratégia de trabalho das forças de segurança local para reprimir as ocorrências é a realização de operações específicas contra esta modalidade de crime como ações em parceria com as polícias do Pará, Piauí, Goiás, Bahia e Tocantins.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	05/03/18	PÁG.	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Além de esfaquear ex, suspeito tentou arrancar os seios dela, revela polícia

A delegada Viviane Azambuja, que comanda o Departamento de Combate ao Feminicídio no Maranhão, revelou ao Blog do Michel Sousa, nesta quarta-feira (28), que Gutemberg Matos Bezerra teria tentado arrancar os seios de Girlane Araújo Silva, 37 anos, após tê-la esfaqueado 18 vezes e ter tentado acelerar a morte dela com o uso de uma substância química.

“Ouvindo testemunhas é ainda mais estarrecedor ver a crueldade desse suspeito. Premeditou tudo e ainda tentou arrancar os seios da vítima, segundo a vizinha que ajudou a socorrer durante depoimento”, afirmou a delegada.

Segundo a delegada,

quatro testemunhas foram ouvidas até o momento e outras ainda devem ser ouvidas no decorrer da semana. As informações colhidas até o momento com a vítima e testemunhas, neste início de investigação, apontam diretamente a autoria do crime para o ex-companheiro da vítima, que continua foragido.

Um cartaz de procurado foi divulgado pela Polícia Civil e Disque Denúncia na tentativa de fechar o cerco contra Gutemberg. “Não há dúvidas sobre autoria, pois diferentes relatos colocam ele na cena do crime como autor. Estamos investigando e buscando a prisão do suspeito”, completou Azambuja.

Vítima está fora de perigo

A família da vítima comunicou que ela apresentou uma melhora clínica e não corre mais risco de morte. Segundo Graziela Araújo, sobrinha da vítima, ela tinha uma ordem de restrição contra o ex-companheiro, devido às várias agressões cometidas contra a vítima.

Girlene foi submetida a duas cirurgias e continua internada na UTI do Socorrão 2 em estado grave. Por causa da violência dos golpes, ela teve o pulmão perfurado e lida com uma infecção causada pela arma do crime, uma faca enferrujada. “Ela está reagindo aos poucos. Não tem mais risco de morte”, finalizou.

Com informações do Blog do Michel Souza

Trio é preso por tráfico de drogas, em Gov. Edison Lobão

Policiais do 3º Batalhão da Polícia Militar prenderam no fim da tarde dessa terça-feira (27), três pessoas suspeitas de envolvimento com o tráfico de drogas. A prisão foi efetivada por volta das 18h, na cidade de Governador Edison Lobão.

Os suspeitos foram identificados como Dhime Silva Guimarães, 21 anos, Leandro Pitanheira dos Santos, 22 anos, e Nilson Fernandes Lima Filho, 19 anos.

Com o trio, a polícia apreendeu 12 porções de substâncias semelhantes à cocaína, quatro pedras de crack, e uma porção de maconha. Além disso, foram apreendidos vários celulares e outros itens, como documentos pessoais.

Homem é preso acusado de estupro em SL

A Polícia Civil do Maranhão, por intermédio da Delegacia da Mulher de São Luís, deu cumprimento ao mandado de prisão temporária em desfavor de Itayguara França Pereira, nesta quarta-feira (28), pelo crime de estupro, em São Luís.

De acordo com informações da Polícia Civil, no dia 13 de fevereiro a vítima contratou uma corrida de táxi durante a madrugada e, no trajeto, no bairro Monte Castelo, Itayguara França estuprou a mulher.

OUTROS CASOS DE ESTUPRO

- A Polícia Militar está à procura de um homem identificado Genilson Costa Marinho, que é suspeito de ter invadido uma residência e de uma adolescente de 15 anos. O crime foi praticado na madrugada do último domingo, no povoado Setor Agrícola, município de Governador Edison Lobão.

Em Imperatriz, Raimundo Vicente da Silva, de 60 anos, é suspeito de tentar de duas crianças de sete



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Preso taxista apontado como autor de estupro contra passageira

Um taxista, identificado como Itayguara Franca Pereira, de 46 anos, foi preso ontem na Delegacia Especial da Mulher (DEM), apontado como autor do estupro contra uma passageira, na madrugada do dia 13 de fevereiro, terça-feira de Carnaval.

“Depois de sair de uma festa, na madrugada do dia 13, a vítima, que estava acompanhada de uma amiga, solicitou a corrida no Terminal da Praia Grande. Primeiro, o taxista deixou a amiga da vítima em seu destino. Quando ficou sozinho com ela no carro, Itayguara a atacou, consumando o estupro, já nas imediações do Monte Castelo”, informou a delegada Adriana Meireles Costa



O taxista Itayguara França teve prisão decretada após denúncia de estupro contra passageira

em entrevista ao Jornal Pequeno. Segundo a delegada Adriana Costa, o taxista foi preso após a mulher dele ter sido intimada a prestar depoimento na DEM. “A mulher do taxista foi intimada a depor, porque ele apresentou uma versão diferente para ela. Itayguara assumiu para a esposa que fez sexo com a passageira, mas disse que foi consensual. E se sentiu seguro em acompanhar a esposa até a DEM, mas não sabia que existia um mandado de prisão já expedido contra ele”, esclareceu a delegada.

O taxista foi autuado pelo crime de estupro e levado para o Centro de Triagem de Pedrinhas.

(DANIÉL MORAES, ESPECIAL PARA O JP)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2018	PÁG.	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

DRF prende homem que roubou 28 mil de casa lotérica do São Francisco

A Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) prendeu ontem, no São Francisco, o suspeito de ter roubado R\$ 28 mil de uma casa lotérica do bairro, no dia 28 de janeiro. O preso foi identificado como Hudson Kaue Sales Ribeiro, de 26 anos.

“Nossas investigações nos levaram até a localidade onde estava esse indivíduo. Ele foi identificado como o autor do roubo à casa lotérica do São Francisco, quando foram roubados R\$ 28 mil”, informou um dos policiais envolvido na operação. Após a prisão, Hudson Ribeiro foi encaminhado para o Centro de Triagem de Pedrinhas, onde está à disposição da Justiça. (DM)

DIVULGAÇÃO/DRF



Conforme investigações da DRF, Hudson Kaue teria roubado R\$ 28 mil de casa lotérica

PRF captura foragido da Justiça em ônibus na BR-010

Um foragido da Justiça foi preso pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), ontem, em Porto Franco, em um trecho da BR-010. A ocorrência se deu em frente à Unidade Operacional da PRF, em Porto Franco, após abordagem a um ônibus da empresa RA. “Após consultas aos Sistemas de Seguranças, foi constatada a existência de um mandado de

prisão expedido pela Segunda Vara Cível/Criminal e de Experiências Penais da Comarca da cidade de Cambui, em Minas Gerais”, informou um agente da PRF. O foragido, que não teve o nome revelado pela PRF, recebeu voz de prisão e foi levado para a Delegacia de Polícia Civil de Porto Franco, onde foram realizadas as operações legais. (DM)

DIVULGAÇÃO/PRF



O foragido estava em ônibus e foi preso após consulta ao Sistema de Segurança

Adolescente tenta assaltar van com arma de brinquedo e quase é linchado

Um adolescente de 16 anos quase foi linchado por populares, na manhã desta quarta-feira (26), na Estrada de Ribamar, região metropolitana de São Luís. De acordo com a PM, o adolescente tentou assaltar passageiros de uma van, utilizando uma arma de brinquedo, mas foi impedido por alguns ocupantes do veículo que perceberam que a arma não era de verdade. O adolescente

ainda tentou fugir, mas acabou capturado e espancado pela população. Um vídeo que circula pelas redes sociais mostra o momento em que o adolescente foi espancado com socos e chutes pelos populares revoltados. A Polícia Militar foi acionada e apreendeu o adolescente, que foi encaminhado para a Delegacia do Adolescente Infrator (DAI). (DM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida		<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	01/03/2008	PÁG.	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	
		<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Bando fortemente armado ataca bancos, Correios e casa lotérica em Aldeias Altas

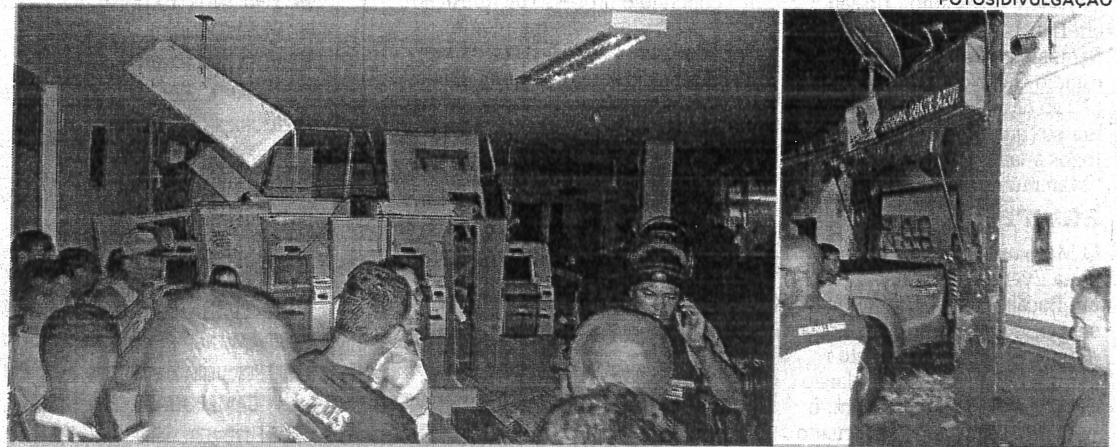
DANIEL MORAES
ESPECIAL PARA O JP

Uma quadrilha composta por, aproximadamente, 15 homens fortemente armados atacou a cidade de Aldeias Altas, distante 368 km da capital, por volta das 2h30 dessa quarta-feira (28). Os suspeitos utilizaram armas de grosso calibre e explosivos para roubar as agências do Banco do Brasil, Bradesco, Correios e a casa lotérica da cidade. Os ataques ocorreram de forma simultânea nos quatro pontos.

De acordo com testemunhas, os criminosos não fizeram questão de discrição. Tiros e explosões puderam ser ouvidos durante toda a ação, que durou cerca de duas horas. Populares feitos reféns foram obrigados a gritar "tem refém!" repetidamente, para inibir uma possível aproximação policial.

BEM PREPARADOS E AUDACIOSOS

Toda a ação mostrou, conforme informação de policiais da região, que os assaltantes estavam bem preparados. Além dos ataques



Populares observam agência bancária e casa lotérica destruída pelos assaltantes, na cidade de Aldeias Altas

simultâneos e da garantia de reféns, eles fecharam todas as principais saídas e entradas do município, dificultando a ação policial. Testemunhas também destacaram a audácia dos assaltantes.

"Eles ficaram circulando pela cidade, dando tiros para o alto e perguntando 'cadê a polícia'. Acabaram com a cidade e ainda disseram aos reféns que iriam voltar", informou à polícia um

morador da cidade, que preferiu não ser identificado.

Segundo informações obtidas pelo **Jornal Pequeno**, viaturas policiais de cidades vizinhas ainda foram designadas para coibir a ação dos assaltantes, mas não conseguiram chegar a Aldeias Altas, pois os homens jogaram pregos e outros objetos pontiagudos na pista, que furaram os pneus dos veículos.

Após os assaltos, os criminosos,

que até o momento não foram identificados, fugiram. Os reféns foram liberados em uma estrada vicinal.

Por meio de nota, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou que as polícias Civil e Militar estão trabalhando de forma conjunta para identificar e prender os envolvidos no ataque, e que tem intensificado as ações para combater ações contra agências bancárias no Maranhão.

FOTOS/DIVULGAÇÃO